

**POR UM BRASIL LETRADO E SAUDÁVEL:
AS VOZES ANARQUISTAS E SOCIALISTAS NO DEBATE EM TORNO DA
QUESTÃO NACIONAL (RJ, 1915-1922)**

MAGALI GOUVEIA ENGEL*

As leituras do “Brasil real”, produzidas a partir das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz, tiveram grande repercussão na imprensa, sobretudo a partir da divulgação, no *Correio da Manhã*, entre novembro de 1916 e janeiro de 1917, dos resultados de uma das mais importantes delas, realizada pelos médicos Belizário Penna e Arthur Neiva. Da mesma forma, os periódicos representaram papel decisivo na disseminação da campanha de combate ao analfabetismo, cedendo espaço expressivo para a veiculação dos ideais e das propostas da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (fundada em 7/09/1915) e da Liga de Defesa Nacional (criada em 7/09/1916). Os debates em torno da educação e da saúde das classes trabalhadoras brasileiras passaram a sintetizar a grande questão nacional, adquirindo destaque não apenas na chamada grande imprensa, mas também em jornais alternativos de diferentes tendências políticas.

Esta comunicação tem por objetivo analisar como alguns colaboradores dos jornais cariocas *A Vida*, *Na Barricada*, *O Debate*, *O Graphico*, de tendência anarquista, e *Voz Cosmopolita*, de filiação bolchevista, se colocaram nas discussões em torno dos diagnósticos e dos prognósticos para o Brasil, formulados e disseminados no campo intelectual entre 1915 e 1922.¹ Trata-se aqui de avaliar até que ponto os intelectuais que atuaram nos referidos jornais, formularam um discurso contra hegemônico em relação ao discurso veiculado pelos intelectuais orgânicos de certas frações da classe dominante que, ao ratificarem o diagnóstico de Miguel Pereira, segundo o qual o Brasil era um imenso hospital - em discurso proferido em outubro de 1916 -, entendiam que o problema da saúde e da educação do povo brasileiro se resume à “ausência” dos poderes públicos, defendendo então um Estado centralizado de cunho autoritário.

* Professora Adjunta da FFP-UERJ e Colaboradora do PPGH-UFF. Doutora em História pela UNICAMP. Agências financiadoras da pesquisa aqui apresentada: CNPq, FAPERJ.

¹ Trata-se dos resultados parciais da pesquisa de pós doutorado “Os caminhos de (re) construção do Brasil sob a ótica dos intelectuais anarquistas (1915-1922)” – desenvolvido na Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. Sidney Chalhoub –, com base no levantamento de vários aqui periódicos que compõem o acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, entre os quais os que serão examinados.

Segundo Gramsci, a imprensa, como outras instituições que não se encontram pautadas em ações políticas no sentido estrito, pode ser considerada como “partido”, ‘fração de partido’ ou ‘função de um determinado partido’”, entendidos como “o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção” (GRAMSCI, 1978: 23 e 20). Vale lembrar que para o filósofo italiano, o partido seria o Príncipe dos tempos modernos, caracterizando-se pela capacidade de compreender e organizar coletivamente as vontades individuais. Assim, o sentido do termo assume amplitude e flexibilidade, podendo ser aplicado à definição dos espaços da sociedade civil onde alguns grupos constroem sua identidade como intelectuais orgânicos, ou seja, onde “elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’”, são transformados “em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política” (GRAMSCI, 2001:24). Neste sentido, as publicações periódicas de diversos tipos seriam os intelectuais coletivos responsáveis pela construção da hegemonia da classe ou da fração de classe às quais estariam organicamente vinculados. Torna-se, pois, fundamental esboçarmos o perfil dos periódicos selecionados como objeto de nossa análise.

O jornal *A Vida* surgiu na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1914, sob a direção do engenheiro Orlando Corrêa Lopes. “Publicação mensal anarquista”, conforme vinha registrado em suas primeiras páginas, o periódico contou com a colaboração de José Oiticica, Fábio Luz, Adelino Pinho, Efren Lima, Polidoro Santos, Francisco Viotti, Astrogildo Pereira entre outros expressivos nomes da intelectualidade brasileira adepta ou simpática às mais diversas tendências do anarquismo. Apesar de ter representado um papel importante na discussão dos mais variados ângulos da chamada “questão social” – através do enfoque de temas, tais como, educação, guerra, arte, filosofia –, além de ter obtido certa difusão em várias regiões do Brasil, *A Vida* chegaria a completar um ano de existência. Como a grande maioria da imprensa operária o jornal não conseguiu superar as dificuldades financeiras oriundas do não pagamento das cotas dos assinantes, sendo extinto em maio de 1915 (NASCIMENTO, 2003).

No mês seguinte, contudo, Orlando Corrêa Lopes fundava *Na Barricada. Jornal de Combate e de Crítica Social* com periodicidade quinzenal. A partir do n. 11 de 19 de agosto de 1915, o jornal passou a sair semanalmente e assumiu um formato mais

sofisticado, contando a partir de então com colaborações não apenas de anarquistas, como Fábio Luz, José Oiticica e Domingos Ribeiro Filho, mas também como Maurício de Lacerda – cuja atuação política mantinha estreitos laços com as organizações e as causas operárias – e, ainda, o republicano radical Lopes Trovão. Conforme o próprio Corrêa Lopes esclarecia, ao contrário das “expectativas no sentido de que em sua nova fase” o jornal passaria a ser escrito “com tinta cor de sangue, em que se pediriam todas as quintas feiras algumas cabeças e a destruição de uns tantos edifícios”, este se constituiria em espaço aberto a colaboradores que defendiam diferentes posicionamentos políticos, tal como, por exemplo, os de Silva Marques e Pedro do Coutto que, embora “simpáticos às doutrinas anarquistas”, não as abraçavam (*Na Barricada*, 26/08/1915). A partir do número 22 (Ano I), de 4 de dezembro de 1915, o jornal deixou de ser dirigido por Orlando Corrêa Lopes, passando a ser editado por “um grupo especial, formado com o fim de por em prática uma das resoluções da recente conferência anarquista realizada nesta cidade”.² Assim, sob a orientação deste “grupo especial” – composto por Astrojildo Pereira, Francisco Viotti, José da Costa Pimenta, José Elias da Silva, Luiz Gonzaga, Myer Feldman, Raymundo Rodrigues, entre outros –, *Na Barricada* entrava em uma nova fase, transformando-se “num periódico exclusivamente consagrado à propaganda libertária”. No primeiro número do seu segundo ano, publicado em 1º de janeiro de 1916, o jornal passava a designar-se *Na Barricada. Periódico Anarquista*, voltando a ter periodicidade quinzenal. Entretanto, possivelmente foram editados apenas quatro números, sendo que o último teria circulado em 1º de maio de 1916.

Em 12 de junho de 1917 saía o primeiro número do jornal de orientação anarquista, dirigido por Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, *O Debate*. Entre seus colaboradores figuravam, além dos dois editores, Lima Barreto, Theodoro de Magalhães, Théó Filho Agripino Nazareth, Domingos Ribeiro Filho, Fábio Luz, José Oiticica, José Saturnino Britto, Maurício de Lacerda, entre muitos outros nomes de destaque no campo intelectual da época simpatizantes ou comprometidos com as concepções e práticas anarquistas e socialistas. Como muitos outros jornais operários, teria vida curta não chegando a sobreviver ao fim da Primeira Guerra (BOTELHO,

² Trata-se do Congresso Anarquista Sul-Americano realizado no Rio de Janeiro entre os dias 18 e 20 de outubro de 1915.

2003:126-127). Entre os assuntos que predominam nas edições de *O Debate* figuravam, por exemplo, as greves, a carestia, a guerra e o patriotismo, a educação e a saúde, a política norte americana em relação ao continente americano, a política e os políticos do Brasil.

Em janeiro do ano anterior surgia na cidade do Rio o jornal *O Graphico*, órgão da Associação Graphica do Rio de Janeiro, com periodicidade quinzenal. Na primeira página do número publicado em 1º de janeiro de 1916, os editores advertiam que não possuindo a Associação Graphica “predileção por nenhuma doutrina filosófica, política ou religiosa, combaterá, todavia, o seu órgão, a interferência em lutas políticas, defendendo a classe gráfica sob o ponto de vista econômico-social”. Cabe ressaltar, entretanto, que a AGRJ foi presidida entre 1915 e 1918 por João Leuerth, que além de irmão de Edgard Leuenroth, uma das lideranças libertárias mais expressivas do movimento operário de São Paulo, foi tesoureiro da Confederação Operária Brasileira de 1913 a 1915, revelando, pois, grande proximidade em relação às concepções anarquistas (PESTANA, 2010:242). Parte expressiva dos artigos publicados eram assinados por pseudônimos, tais como, *Jotta Effe*, *Gallanos Faby*, *Aulis*, *Aravite*, *Alpino*, *Holt*, *Nuzo*, *Chico Lambada*.

Em 1º de janeiro de 1922, aparecia na cidade do Rio o jornal *Voz Cosmopolita*. Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafés, Bares e Classes Congêneres, cuja direção é atribuída a Baptista Ferreira, a partir do número 3, de 1º de fevereiro do mesmo ano. Tratava-se do ressurgimento do periódico *O Cosmopolita* que, representativo da mesma categoria profissional, circulou na capital republicana entre outubro de 1916 e agosto de 1918. Alinhado às concepções anarco-sindicalistas, contava entre seus colaboradores com Astrojildo Pereira, José Oiticica e Rodrigues Martins, entre outros. Assumindo uma orientação diferente, o jornal *A Voz Cosmopolita* passou a veicular o discurso do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em inícios de 1922, ao qual havia se filiado o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro. Entretanto, embora o periódico reproduzisse “em parte, uma série de questões e propostas de atividade política vinculadas ao marxismo-leninismo”, evidenciando-se, assim, “a sua filiação ao PC do Brasil, as pretensões teóricas desenvolvidas em suas páginas guardam resquícios muito presentes da atividade anarquista ...” (PEIXOTO, 2008:9,10).

Vejamos, primeiramente, como a questão educacional foi abordada nas páginas desses periódicos. A preocupação com a educação como via de redenção do povo brasileiro foi partilhada por muitos dos intelectuais que, através da apropriação e da ressignificação das mais diversas referências filosóficas e políticas, assumiram a missão de (re) construir o Brasil como nação *moderna* e *civilizada* quando começavam a se desenhar nos horizontes do país as mudanças que apontavam para o fim da escravidão, a partir dos anos 1870. Deste modo, a afirmação segundo a qual o ano de 1915 teria inaugurado a disseminação de um clima de “entusiasmo pela educação” entre os segmentos da intelectualidade brasileira (NAGLE, 2001) deve ser relativizada. As campanhas em prol da alfabetização então amplamente difundidas através das ações da LBCA, criada naquele ano, devem ser vistas, portanto, como um desdobramento não linear das concepções que pretendiam repensar o passado, o presente e o futuro do país com base em novos arcabouços teóricos e políticos fornecidos pelo positivismo, pelo realismo, pelo cientificismo, pelo darwinismo, pelo evolucionismo, pelo socialismo entre muitos outros “ismos” que, no dizer de Sílvio Romero, compunham o “bando de idéias novas” disseminadas a partir das décadas de 1870 e 1880. Desde então, a instrução popular era apontada, não apenas por liberais, como Rui Barbosa, mas também por socialistas e anarquistas como a via prioritária para o enfrentamento dos problemas sociais brasileiros. Conforme já salientaram vários estudiosos, a educação se constituía alvo privilegiado da ação anarquista nas suas mais diversas vertentes, o que se evidenciava, por exemplo, no empenho dos grupos militantes no sentido de fundar bibliotecas, centros de estudo e escolas. De acordo com Edilene Toledo,

... para os anarquistas, a educação era a garantia da emancipação dos trabalhadores. Na verdade, toda a esquerda nesse período acreditava na luta da razão contra a ignorância e a superstição, na luta do progresso contra o passado, na ciência e na educação. (TOLEDO, 1998:113)

Como assinalou Paulo Ghiraldelli Júnior, “dentre as correntes de esquerda” que marcaram o movimento operário durante a Primeira República, “proliferaram iniciativas em favor da educação popular”, tendo também os socialistas investido na criação de “escolas operárias”, bibliotecas populares, entre outras medidas similares (GUIRALDELLI JR, 1987:29).

Nos jornais aqui examinados observamos que se existe um consenso quanto ser a luta contra o analfabetismo uma ou até mesmo a questão nacional prioritária, há divergências profundas em relação a, pelos menos dois aspectos chaves: o papel do Estado na educação das classes trabalhadoras e a articulação da luta contra o analfabetismo com o serviço militar obrigatório, tal como propunha a Liga de Defesa Nacional, criada em 1916, como desdobramento concreto da campanha liderada pelo poeta Olavo Bilac, pelo jurista Pedro Lessa e pelo engenheiro Miguel Calmon.

No que se refere ao primeiro aspecto destaco três artigos publicados no jornal *A Vida*.³ No primeiro intitulado, “As escolas e sua influência social. O ensino oficial e o ensino racionalista”, publicado em 31/12/1914, o professor João Penteado referia-se ao papel determinante das escolas oficiais no desencadeamento da guerra na Europa, ao inocular “no espírito da juventude de uma nação ou de uma raça o sentimento de repulsa, de despeito e de ódio pelos indivíduos de outras raças”. Em contraposição o articulista defendia as escolas racionalistas “que excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infância de acordo com a razão e com a verdade das cousas ...”. Para o autor, as escolas racionalistas eram o meio cujo fim apontava para a transformação social.

O outro artigo, de autoria de Éfren de Lima, intitulado “A instrução e o Estado” (publicado em 31/01/1915) condenava a “dependência” da “instrução contemporânea” em relação ao Estado que contribuía decisivamente para a “submissão das massas”. Assim, o autor defendia o ensino racional proposto por Ferrer capaz de, afastando-se do “dogmatismo pedagógico” vigente, ministrar “uma educação realmente impecável” que “evoluisse a par com o desenvolvimento das ciências”. Por fim, Adelino de Pinho, em “A escola, prelúdio da caserna”, publicado em 31/03/1915, também via a conflagração européia como produto da escola primária, concordando com os outros dois articulistas de *A Vida* sobre as razões que levavam o Estado a investir em escolas como meio fundamental de conservação da ordem desigual vigente.

Os três articulistas, que tiveram uma atuação marcante no referido periódico,⁴ defendiam, portanto, os princípios do anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia⁵

³ Foram pesquisados a coleção completa do periódico existente no AEL (1 e 2, 1914; 3 a 7, 1915).

⁴ Segundo Rogério Nascimento Éfren Lima, de Recife, Florentino de Carvalho, Adelino de Pinho e João

que fundamentavam a educação racional, cujas práticas pedagógicas seriam implementadas através das Escolas Modernas.⁶ Conforme observou Moraes, Ferrer foi uma dos críticos mais expressivos e radicais da escola burguesa e da educação fornecida pela Igreja, defendendo “uma educação científica e racional” que atendesse às “necessidades humanas e sociais”, opondo-se, assim, “às razões artificiais do capital e da burguesia” (MORAES, 1999). No Brasil começaram a surgir as primeiras escolas libertárias a partir de meados da última década do século XIX,⁷ entre as quais figuravam Escolas Modernas fundadas em vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros).⁸ Cabe ressaltar aqui que tanto João Penteadado quanto Adelino de Pinho fundaram e dirigiram Escolas Modernas na cidade de São Paulo.⁹ Não há, portanto, dúvidas em relação à relevância da militância anarquista na luta contra o analfabetismo no país que, bem antes da disseminação do clima de “entusiasmo pela educação”, não apenas divulgava concepções pedagógicas progressistas, mas também contribuía efetivamente para a instrução das classes trabalhadoras através da criação de escolas, bibliotecas, centros de cultura, etc.

Nos demais jornais selecionados, a associação entre a luta contra o analfabetismo e a defesa do serviço militar obrigatório que, como já foi dito, caracterizou a atuação da LDN, seria, foi o alvo prioritário das vozes dissonantes que ecoavam de suas páginas. Destaque-se, primeiramente, neste sentido o artigo de Aurelinio Corvo, intitulado “O discurso do Sr. Bilac”, publicado no jornal *Na Barricada*,¹⁰ em 21 de outubro de 1915. O autor ironizava e ridicularizava o discurso a

Penteadado, de São Paulo, e Francisco Viotti, compunham o grupo de redatores da revista carioca *A Vida* (NASCIMENTO, 2003:93).

⁵ Por suas idéias e ações de cunho libertário Ferrer foi condenado à morte e executado na fortaleza de Montjuich em 13 de outubro de 1909, o que gerou grandes ondas de contestação por parte dos movimentos anarquistas de vários países, inclusive do Brasil.

⁶ A primeira foi criada em Barcelona em 1901. Quatro anos depois já existiam cerca de 150 Escolas Modernas não Espanha e muitas outras foram fundadas em diversos países, como, por exemplo, Portugal, França, Holanda, Chile e Brasil (MORAES, 1999).

⁷ Por exemplo, Escola Eliseu Reclus em Porto Alegre (1906), Escola Germinal no Ceará (1906), Escola da União Operária de Franca (1906), Escola da Liga Operária de Sorocaba (1911), Escola Operária 1º de Maio em Vila Isabel, Rio de Janeiro (1912) (RODRIGUES, 1992:51-52).

⁸ Em 1913, por exemplo, foi criada uma Escola Moderna em Petrópolis.

⁹ O primeiro fundou e dirigiu a Escola Moderna n. 1, localizada na Rua Saldanha Marinho, 58, no bairro de Belenzinho e o segundo, a Escola Moderna n. 2, situada na Rua Muller, 74 no Brás. Ambas funcionaram entre os anos de 1912 a 1919.

¹⁰ Foram pesquisados os números existentes no acervo do AEL, relativos aos anos de 1915 e 1916.

favor do serviço militar obrigatório, pronunciado pelo poeta e cronista numa assembléia de acadêmicos de Direito em São Paulo. Poucos meses depois, o artigo “Sobre o sorteio”, assinado por A.D., qualificava a lei do sorteio militar como um atentado à liberdade e fazia duras críticas ao Exército, visto como instituição de caráter autoritário, cuja organização, rigidamente hierarquizada, contribuía no sentido de reproduzir e legitimar a desigualdade vigente na sociedade. Neste sentido, fazia uma referência crítica às concepções defendidas por Olavo Bilac, afirmando que “a vida caserneira”, estruturada sobre o “nocivo sistema de hierarquia, de nenhum modo poderá constituir a escola da igualdade, conforme hipocritamente supõe um poeta que em vez de se enobrecer na luta pela emancipação da humanidade, prefere rastejar servilmente diante dos [salvanejos?] opressores do povo” (*Na Barricada*, 01/01/1916).

O artigo assinado com o pseudônimo *Gallanos Faby*, publicado n’ *O Graphico*,¹¹ com o título “O militarismo ?!...”, trazia também uma crítica contundente ao serviço militar obrigatório. Argumentando que o país precisava de muitas outras coisas prioritárias (por exemplo, propagação da instrução pública, estímulo à educação, moralização dos costumes, etc), afirmava o autor:

Que necessidade temos de um formidável exército, se não lhe podemos dar que comer e que vestir ...? Para que precisamos, de um exército colossal, se não possuímos conduções, ferrovias suficientes para a condução de tropas, para o norte e sul do país, em caso de necessidade?

Para que precisamos de soldados, se não possuímos agricultores? (O Graphico, 1/01/1916).

Também o jornal *O Debate*¹² engajou-se no combate ao serviço militar obrigatório, através, por exemplo, do artigo intitulado “Falsificadores de patriotismo”, onde Theodoro Magalhães, revelando certa proximidade com o discurso de *Gallanos*, questionava as manifestações de patriotismo então correntes, segundo ele ligadas a interesses politiquieiros e a expressões militaristas (*O Debate*, 19/07/1917). Em 22 de setembro de 1917 saiu uma matéria, sem assinatura, com o título “Prognóstico pessimista sobre o otimismo das linhas de tiro”, onde se colocava em xeque a capacidade das linhas de tiro de assegurarem a compenetração da mocidade brasileira

¹¹ Foram pesquisados todos os números de 1916 a 1920, existentes no AEL.

¹² Foram pesquisados os números de 1 a 15 de 1917.

em relação aos seus deveres cívicos com a pátria, prestando por intermédio delas o serviço militar. Afirmava-se, ainda, que o fim da guerra, então próximo daria “o golpe de misericórdia no fantasma bilaqueano”. Sem ter alcançado, de fato, o êxito propagado pela imprensa, a última parada militar realizada durante as comemorações da independência, teria marcado, segundo o autor do artigo, “o ponto culminante dos resultados obtidos pela propaganda nacionalista e belicosa iniciada há dois anos pelo sr. Bilac”, representando o resultado máximo alcançado pela campanha promovida pela LDN.

De acordo com José Tavares, o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, que teve lugar em Bruxelas em setembro de 1868 inaugurou uma tradição de contestação das guerras e de afirmação da solidariedade entre os povos, incorporada, a partir de então, pelas mais diversas vertentes dos movimentos operários no plano internacional. A bandeira antimilitarista, empunhada, por princípio, pelos anarquistas, seria também defendida pelos movimentos sindicalistas e socialistas até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando, embora a maioria dos “anarquistas comunistas e sindicalistas revolucionários” tivesse se oposto veementemente ao conflito, alguns, mesmo entre os anarquistas, acabariam adotando uma postura mais flexível (TAVARES, 2001). Segundo Rogério Nascimento, as mobilizações contra o confronto se disseminaram por vários países, culminando com a organização do Congresso Internacional da Paz em 1915 pelo movimento internacional dos trabalhadores. A princípio o evento seria realizado em Ferrol na Espanha, mas diante das pressões sofridas pelo governo espanhol no sentido de proibi-lo, o congresso foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2003:93). As críticas ao serviço militar obrigatório, veiculadas nos periódicos até aqui examinados estavam, pois, em perfeita consonância com as estratégias que informaram as lutas das diversas correntes dos movimentos operários contra o militarismo, especialmente dos adeptos das vertentes anarquistas.¹³

Numa conjuntura não mais marcada pelo conflito mundial, o jornal *Voz Cosmopolita*¹⁴ – que, como vimos, se aproximaria do PCB –, estampava na primeira

¹³ Vale mencionar aqui a crônica de Lima Barreto “O que o ‘Gigante’ viu e me disse”, publicada em *O Debate* de 19 de julho de 1917, onde o escritor fazia uma crítica bem humorada à Liga pelos Aliados.

¹⁴ Foram pesquisados todos os exemplares relativos a 1922 existentes no acervo do AEL.

página de seu primeiro número, sob a legenda “O Progresso fundindo as raças traz a solidariedade Universal”, uma imagem onde todos os continentes eram representados por belas e imponentes figuras femininas (*Voz Cosmopolita*, 1/01/1922). A questão educacional também foi alvo privilegiado nas edições do periódico. Um exemplo expressivo neste sentido é o artigo de A. Vaz intitulado “Sem instrução será possível triunfar?”, publicado no número de 1º de fevereiro de 1922, a *Voz Cosmopolita*, onde a instrução era vista como condição indispensável para a emancipação dos trabalhadores. Segundo o autor, a princípio, “os governantes procuraram manter o povo ignorante a fim deste se lhes submeter incondicionalmente”, mas posteriormente,

... os dominantes tiveram a visão de que era necessário mudar de tática, não por idealismo ... mas para poderem competir, rivalizar, com outros países economicamente.

Ora, se até então eles procuravam conservar o povo ignorante para o dominar e agora por circunstâncias, ou por determinantes de ordem econômica, eram forçados a ministrar-lhes alguma instrução, é bem de ver que procurariam a todo transe fazer que essa instrução não lhes abalasse os fundamentos” (*Voz Cosmopolita*, 1/02/1922).

Sintetizando o fundamento essencial do significado da educação nos discursos contra hegemônicos até aqui analisados, Vaz concluía o artigo afirmando categoricamente que “... o caso mais importante não é instruir e educar – é instruir e educar revolucionariamente – tudo está nisto, nisto está tudo”. O articulista expressava, claramente, um projeto educacional inteiramente diverso e até mesmo antagônico aos que vinham sendo propostos pelos adeptos da Liga de Defesa Nacional e pela Liga Pró Saneamento do Brasil, cujo lema “sanear e instruir” resumia as suas propostas de ação no sentido de “redimir o povo brasileiro”.

Fundada pelo médico Belizário Penna, a LPSB é considerada o marco da institucionalização do movimento sanitário brasileiro. Entre novembro de 1916 e janeiro de 1917 o cientista do Instituto Oswaldo Cruz, publicou uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã*, onde divulgava os resultados da expedição científica que realizou juntamente com Arthur Neiva, percorrendo o interior do nordeste e do centro-oeste do país de março a outubro de 1912. Em um deles, intitulado “Remédio para o mal”, afirmava seu total acordo com as concepções de Alberto Torres e defendia a

unificação dos serviços da justiça, da instrução e da higiene por não acreditar “... na eficaz execução de quaisquer medidas, sujeitas às chicanas protegidas pela malsinada Constituição, que está matando a nacionalidade”. Assim, o “remédio para o mal” era “sanear e instruir” a população, através da intervenção de um Estado centralizado e autoritário.

Ao desvendarem “cientificamente” as trágicas condições de vida das populações rurais, as expedições promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz na década de 1910, sobretudo a de Penna-Neiva, tiveram um papel extremamente relevante no sentido de difundir diagnósticos da realidade nacional que relativizavam a questão racial de fundo biológico, ao mesmo tempo em que enfatizavam a doença e o analfabetismo como os problemas nacionais fundamentais. Imagem paradigmática desta mudança de perspectiva é o *Jeca Tatu* que, originalmente, desqualificado por Monteiro Lobato em “Velha Praga” - artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 12 de novembro de 1914 – como “parasita da terra”, “homem baldio”, “inadaptável à civilização” sem possibilidade de salvação -, passou a ser diagnosticado pelas lentes do microscópio como “doente” e “ancilostomado”, cuja redenção dependia de duas únicas e simples medidas: sanear e instruir. O “Jeca redimido” que “não é assim” (preguiçoso, improdutivo, etc.), mas “está assim” por causa das doenças que grassavam no âmbito rural apareceu pela primeira vez nos famosos artigos reunidos em *O Problema vital*, também publicados no jornal *O Estado de São Paulo* em 1918 por Monteiro Lobato, após ter tido contato com os registros de viagem de Arthur Neiva e Belizário Penna.

A ampla disseminação das concepções sanitaristas nos meios intelectuais e políticos não representou, no entanto, o estabelecimento de um consenso em torno delas. Lima Barreto, por exemplo, participou do debate através da crônica não por acaso intitulada “Problema Vital”. Embora concordando com o diagnóstico da situação dos sertões brasileiros formulado pelos doutores Arthur Neiva, Carlos Chagas e Belizário Penna, o escritor discordava do “remédio que oferecem”:

O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio ou em São

Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o 'Problema Vital' (Revista Contemporânea, 22/02/1919).

Vale destacar que quase dois anos antes, Antonio Canellas publicou o artigo intitulado, “Uma cruzada que se impõe. A libertação dos trabalhadores rurais” na seção “Ecos de Alagoas”, do jornal anarquista *A Plebe* de Edgard Leuenroth de 23 de junho de 1917, onde denunciava a situação de miséria e de ignorância fruto do analfabetismo da população rural explorada pelos grandes proprietários de terras. Vejamos, pois, em que termos os colaboradores dos jornais analisados participaram deste debate, disseminado no campo intelectual carioca em fins da década de 1910 e inícios da de 20.

Nos números do jornal *O Debate* pesquisados, localizamos apenas uma única matéria que fazia referência ao movimento sanitaria. Trata-se do artigo assinado por José Saturnino Britto, intitulado “A benemérita Comissão Rockefeller. A obra de Oswaldo Cruz prossegue, graças ao ouro do rei do petróleo” (*O Debate*, 26/07/1917), onde o autor das obras *Socialismo Progressivo* (1919) e *Socialismo Pátrio* (1920) exaltava a cooperação científica entre os “sábios” do Instituto de Manguinhos e a Comissão Rockefeller: “... graças ao ouro de um gênio econômico, a escola de Oswaldo Cruz prossegue a sua missão no interior”. Por um lado, não há qualquer preocupação no sentido de questionar os custos políticos e econômicos das ingerências do capital privado norte-americano em assuntos de saúde pública. Por outro, Saturnino Britto apoiava as ações dos sanitaristas sem problematizar as suas bases autoritárias e os limites de sua capacidade transformadora da realidade dos trabalhadores rurais observados por Lima Barreto e Canellas, como vimos.

A única referência à questão sanitária, veiculada nos exemplares do jornal *Voz Cosmopolita* que circularam no ano de 1922 é o artigo de Fernando Mesquita, intitulado, “O Brazil um vasto Hospital! Zelemos pela infância ao menos! Com vistas ao Departamento de Saúde Pública”, publicado em 4 de março daquele ano. O autor chamava a atenção das autoridades sanitárias para as péssimas condições de trabalho realizado por crianças em cozinhas infectas de restaurantes da capital republicana, deslocando a partir de uma certa perspectiva crítica, o foco privilegiado do movimento sanitaria centrado fundamentalmente nas doenças e na ignorância disseminadas entre os habitantes dos sertões brasileiros.

Após a breve análise aqui desenvolvida, podemos concluir que se houve um apoio à luta contra o analfabetismo e à Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, este vinha profundamente impregnado pela crítica à escola reprodutora da ordem social, veiculadora de valores burgueses – tais como o patriotismo, a religião e a submissão. No que se refere, portanto à questão da educação e da instrução popular, os discursos veiculados nos jornais aqui examinados expressavam uma alternativa aos projetos que fundamentaram a luta contra o analfabetismo promovida por intelectuais orgânicos de certas frações da classe dominante, através de agências da sociedade civil – como, por exemplo, a LDN –, podendo ser caracterizados, neste sentido, como contra hegemônicos. O que se torna ainda mais evidente se levarmos em conta as violentas perseguições às escolas libertárias, muitas das quais fechadas pela polícia em pleno florescer dos movimentos em prol da alfabetização e da instrução popular, promovidos segmentos da intelectualidade comprometidos com a consolidação de uma ordem burguesa e capitalista no Brasil.

Contudo, em relação ao discurso sanitarista, estes não representaram espaços expressivos na veiculação de diagnósticos e prognósticos que, ao indissociarem a miséria, os altos índices de analfabetismo e de doenças que marcavam tragicamente as condições de vida da maioria da população brasileira - não só no campo, mas também nas cidades - da estrutura fundiária e do processo de constituição do capitalismo no Brasil, formularam propostas de transformações mais radicais da sociedade brasileira da Primeira República.

Referências bibliográficas:

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, Vol. 2.

BATALHA, Cláudio H.M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Vol. 1, pp. 161-189..

BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. 2001. Tese (Doutorado em História) - PPGH-UNICAMP, Campinas, 2001.

DEMINICIS, Rafael B.; REIS FILHO, Daniel A. (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad, 2006, Vol. 1.

- ENGEL, Magali Gouveia. A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa (Brasil, 1916). *Revista Electrónica de Estudios Latinamericanos*, Buenos Aires, n. 27, mar. 2010.
- ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: por um projeto hegemônico de Brasil. *Anais do V Simpósio Estado e Poder – Hegemonia*. Niterói: Vício de Leitura, 2008.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Vol. 1 (*As esquerdas no Brasil*).
- FERREIRA, M.N. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GONÇALVES, O.F. Trajetória e ação educativa do jornal *A Plebe* (1917-1927). *Quaestio Revista de Estudos da Educação*, Sorocaba, Vol. 6, n. 2, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001 (2ª ed.), Vol. II.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUIRALDELLI JR, Paulo. A evolução das idéias pedagógicas no Brasil Republicano. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 60, fev. 1987.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. As bases políticas de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- MORAES, José D. de. *A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos centros de cultura social*. Campinas, dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1999.
- NASCIMENTO, Rogério H. Z. Guerras, deuses, educação, liberdade sob olhares anárquicos. *Verve*, São Paulo, n. 3, 2003.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (2ª ed.).
- PEIXOTO, Maitê. O quarto poder vermelho: embates teóricos e político-ideológicos entre comunistas e anarquistas no contexto de formação e afirmação do Partido Comunista Brasileiro. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.
- PESTANA, Marco M. Da Zona Sul ao Subúrbio: o mapa da festa. Por uma reconstrução holística do cotidiano dos trabalhadores cariocas, 1900-1920. *Revista Mundos do Trabalho*, Campinas, Vol. 2, n. 4, ago-dez. 2010.
- RODRIGUES, Edgar. *Quem tem medo do anarquismo?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.
- SANTOS, Ricardo A. dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. *Achegas*, www.achegas.net, n. 7, 2003.

TOLEDO, Edilene T. Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 8/9, 1998.

VIANNA, Marly de A. G. Anarquistas e socialistas na imprensa da primeira metade do século XX. *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Identidades*. Rio de Janeiro, 2008.